

V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (V ENANCIB)
Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade
Belo Horizonte, 10 a 14 de novembro de 2003.

Grupo de Estudos *Informação e Sociedade/Ação Cultural*

Título da Proposta: *O Jardim do crime* sob o olhar de João do Rio: informação, memória e espaço prisional no Rio de Janeiro.

Autor: Icléia Thiesen Magalhães Costa

Endereço: Rua General Goes Monteiro, 194 apto 203 – Botafogo

CEP 22290-080 - Rio de Janeiro, RJ

Instituição: Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), Centro de Ciências Humanas,
Departamento de História

Resumo

Pesquisa que aborda o espaço prisional no Rio de Janeiro (1830-1930), e analisa informações e *imagens* produzidas a respeito de prisioneiros - capoeiras, cristãos-novos, imigrantes, prostitutas, padres, soldados, vadios, alcoólatras, ciganos e outros tipos sociais – que compõem o imaginário construído em torno desses indivíduos portadores de uma marca comum: a miséria e a exclusão social. O presente trabalho constitui um recorte específico de projeto mais geral, e tem por objetivo problematizar a experiência da clausura documentada pela pena de João do Rio, testemunha intelectual da vida urbana, que soube como poucos conhecer a alma encantadora das ruas e os limites onde ela acaba: a prisão.

Palavras-chave: Informação, Crônica Social, Memória Social, Espaço Prisional

O Jardim do crime sob o olhar de João do Rio: informação, memória e espaço prisional no Rio de Janeiro

*... porque gado a gente marca
tange, ferra, engorda e mata,
mas com gente é diferente.*

(Disparada, de Geraldo Vandré e Theo)

1 Introdução

O objeto do presente estudo é a prisão enquanto espaço de segregação, reclusão e exclusão social, considerando os aspectos de comunicação e socialização de informações, evidenciando as diferentes maneiras com que os prisioneiros trocam informações e se comunicam com o mundo exterior. Por outro lado, perguntamos: é possível compreender e analisar o espaço urbano enquanto documento – suporte de informação, mas também elemento de organização e cristalização da memória social? [1]

Por que estudar as prisões e qual a relevância do tema para a pesquisa em Ciência da Informação? A análise interdisciplinar dos processos de produção de informação – individual e coletiva – e de construção do conhecimento sobre o universo do enclausuramento poderá contribuir para as discussões atuais no âmbito das políticas públicas que teimam em ignorar a ineficácia das instituições carcerais, cujas raízes podem ser identificadas no século XIX, segundo vários autores, entre os quais Michel Foucault e Roberto Machado [2, 3].

A Ciência da Informação vem incorporando ferramentas teóricas de outras disciplinas, buscando referências em outras áreas e aproximando saberes de diferentes naturezas e, por essa razão, amplia cada vez mais seu corpo conceitual e metodológico, sem perder de vista seu objeto múltiplo e diferenciado: a informação sob o ângulo de diversos paradigmas. Os estudos da memória social e institucional são exemplos a serem considerados e vêm trazendo resultados em diferentes pesquisas concluídas nos últimos anos. [4] É imprescindível compreender a configuração da cidade enquanto produção e produto, no processo de agregação de informações produzidas pelos diversos agentes do meio urbano. A prisão constitui, também, nesse aspecto, um documento a ser lido, compreendido e analisado como material da memória coletiva e da história.

A literatura dedicada às prisões assinala, de forma recorrente, sua ineficiência enquanto instituição correcional, o que fez o jurista Evandro Lins e Silva, recentemente falecido, declarar que “a prisão não socializa nem regenera ninguém (...) é uma universidade às avessas, onde se diploma o profissional do crime” [5]. Ademais, a população carcerária, no Brasil, é hoje das maiores do mundo e, segundo Wacquant, “a sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades.” [6]

Com o fim das proteções sociais, a precarização do trabalho, o aumento do desemprego e da violência urbana, segundo esse autor a América Latina estaria importando dos países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos e da França, uma nova forma de estabelecer a ditadura sobre os pobres, estigmatizados e segregados - política que se coloca na contramão de uma sociedade democrática - caracterizada pelas técnicas da “tolerância zero”, que evidenciam e supervalorizam as instituições policial e penitenciária, dando origem a um verdadeiro governo da miséria. Este cenário assustador, no entanto, tem como questão de fundo um velho problema denunciado há quase cem anos por cronistas que retratavam o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, então considerada vitrine do país. O que mudou de lá para cá? Em que medida o presente repete o passado?

Com o objetivo de caracterizar esse espaço singular, lugar de vigilância e punição, desenhado de forma a isolar em seus muros os que transgridem a norma geral e rompem o pacto social, esta pesquisa visa, ainda, compreender o modelo prisional oitocentista definido e implementado no Rio de Janeiro, então capital do país, segundo informações registradas por cientistas a serviço do Estado, cronistas da cidade, como João do Rio, Luís Edmundo e Lima Barreto, mas também por aqueles que viveram a experiência da prisão e deixaram informações registradas em documentos disponíveis nas instituições-memória localizadas na cidade do Rio de Janeiro, tais como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, entre outras. [7]

O presente trabalho aborda os primeiros resultados de uma investigação maior e tem por objetivo problematizar a experiência da clausura documentada pela pena de João do Rio, testemunha intelectual da vida urbana, que soube como poucos descrever personagens anônimos da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, percorrendo as ruas, becos,

bares, prisões e prostíbulos. A cidade por ele documentada tem uma alma que se materializa nas ruas e nos tipos sociais: reler essa materialidade é o nosso desafio.

2 Imagens da clausura

Em 1905, no auge da reforma urbana do prefeito Pereira Passos, que visava *sanear* a cidade, João do Rio escreve uma série de crônicas sobre a instituição prisão, publicadas em seu conhecido livro *A alma encantadora das ruas* [8]. Tendo passado quinze dias em visita à Casa de Detenção, esse cronista conhece de perto os dramas que assolam os detentos, seus sonhos e pesadelos, dores e arrependimentos, suas idéias, enfim diversos aspectos de suas histórias de vida. As crônicas em questão constituem documentos históricos, ricos em informações a serem reelaboradas sobre o universo prisional, o perfil dos prisioneiros, as razões que levaram esses indivíduos para essa instituição, e, especialmente, fragmentos de memória que refletem o imaginário retratado em cores fortes sobre o modelo prisional.

De origem grega, como é sabido, a palavra crônica (*kronos*, tempo) tem o sentido de não apenas de comentários sobre o imediato da vida urbana, mas também de relato de acontecimentos ocorridos na seqüência do tempo tendo, por essa razão, constituído um gênero histórico. Diferente do historiador, no entanto, o cronista é um narrador que transmite, em histórias contadas, a experiência vivida “e incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes”, sem que tenha “o ônus da explicação verificável.” conforme aprendemos com Walter Benjamin [9].

Paulo Barreto, popularizado pelo pseudônimo de João do Rio, transformou a crônica em matéria de reportagem cotidiana, no início do século XX, ocasião em que se propõe a ouvir narrativas de prisioneiros - publicadas na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro [10] - e entre eles se estabelece não apenas um diálogo que busca a confiança mútua, mas também o desejo de conservar e divulgar o que é narrado, na medida em que sabem dos propósitos de seu trabalho jornalístico:

Anunciar um repórter nas galerias é agitar loucamente os presos. Uns esticam papéis, provando inocência; outros bradam que as locais [sic] de jornais estavam erradas; outros escondem-se, receando ser conhecidos; e é um alarido de ronda infernal, uma ânsia de olhos, de clamores, de miséria... (p.361)

Nos cubículos da penitenciária passam freqüentemente os jornais, *meio pelo qual sabem da prisão dos inimigos, do que pensa o mundo a seu respeito*, preocupados com a imagem construída sobre eles, que esperam poder *retocar* no contato com repórteres, advogados e familiares aos quais entregam bilhetes e cartas, prestam esclarecimentos e enviam recados para o mundo exterior à prisão. Por outro lado, em dias de visita, recebem informações trazidas por familiares, assim como *o fumo, o dinheiro, as prendas*. (p.339)

Entretanto, se existem ali gatunos, rufiões, incendiários, capoeiras, desordeiros, estupradores, trabalhadores, mulheres e assassinos cruéis, há também os que para lá são levados por razões fúteis e, devido à lentidão da burocracia, aguardam audiências, sentenças e decisões judiciais que podem conduzi-los de volta à liberdade, ao menos temporariamente, já que muitos são recalcitrantes e têm várias entradas na prisão.

João do Rio recolhe, nos dias de sua “penitenciária voluntária” versos de poetas detentos, com os quais poderia *publicar um copioso cancioneiro da cadeia*. (p.352) e de tal forma é impressionado pelo caráter dúvida do detento – *o que cometeu o crime e o atual, o preso* – que escreve uma crônica ressaltando esse lado menos conhecido da sociedade, a que deu o título de *Versos dos presos*, publicada em 1º de setembro de 1905. Sua primeira frase é emblemática: *o criminoso é um homem como outro qualquer*. Independente das razões que os colocaram à margem da vida, há entre eles *os bardos, os trovadores, os repentistas e os inspirados*. O cronista da cidade transcreve várias modinhas e cantos de amor, de revolta e de fatos hoje já históricos, como estes versos que remetem à Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1904, da pena de José Domingos Cidade, *que cantou a refrega civil da rua da Passagem*, em Botafogo (p.350):

*As pobres mães choravam
E gritavam por Jesus
O culpado disso tudo
É o dr. Osvaldo Cruz!*

Nosso cronista maior registra, com amargura, o seu lamento: *quantos poetas perdidos para sempre, quanta rima destinada ao olvido da humanidade!* (p.354). O esquecimento dessa experiência prisional, contudo, não se efetivou por inteiro, considerando-se não somente o fato de terem sido produzidos documentos pelos próprios prisioneiros, especialmente versos e cartas, muitos dos quais interceptados pelos guardas,

segundo a narrativa de João do Rio, mas também o saber produzido sobre os detentos nas crônicas ora analisadas.

Trata-se de processos de produção de informação que podem ser revelados em estudos da memória social urbana. O conhecimento produzido sobre o outro – no caso, o indivíduo privado do convívio social, que perde sua cidadania – no contexto institucional, pode ser problematizado em inúmeras pesquisas e analisado com o auxílio de ferramentas teórico-metodológicas que transcendem as fronteiras de disciplinas científicas específicas, pois constitui matéria das Ciências Sociais e Humanas.

Disposto a estudar os estados da alma dos detentos, João do Rio observa e analisa as *quatro idéias capitais dos presos*, que deram título a uma dessas crônicas, publicada em 03 de setembro de 1905. São elas a idéia monárquica; a crença em Deus; a imprensa; e a liberdade a ser conquistada pela fuga. Apóstolos da restauração do Império, é comum entre os presos tatuagens com o símbolo da coroa de Sua Majestade. Perguntados, respondem que preferem a monarquia, *um mistério que só poderá ter explicação no próprio sangue da raça, sangue cheio de revoltas e ao mesmo tempo servil* (p.358), segundo João do Rio.

Como explicar a crença em Deus, *uma verdadeira crise religiosa* que se abate sobre essas almas encarceradas, que rezam, pedem a salvação, *trazem bentinhos no pescoço*? Ao mesmo tempo em que um deles – o Afonso Coelho – escreve cartas diárias de regeneração, com *lamentáveis erros ortográficos*, perde horas a fio limando as grades que poderiam abrir as portas da liberdade. Para João do Rio, *Deus é apenas a salvação das suas patifarias na terra...* (p.359)

A imprensa é outra idéia obsessiva dos presos. Em *O dia das visitas*, de 12 de setembro de 1905, o cronista descreve o movimento intenso de familiares e amigos dos presos, organizados pelos guardas em filas para a obtenção de cartões controlados, e a ansiedade que toma conta de todos é visível, pois

os presos contam as horas, à espera desse instante. Uns querem matar saudades, outros contam com os amigos para mandar vender as suas obras – flores de pão, couraçados de pau; outros escreveram toda a noite cartas anônimas ao chefe de polícia, denunciando companheiros ou inimigos, e anseiam por alguém para pôr no correio... (p.339)

As crônicas citadas dão pistas importantes a serem seguidas nesta pesquisa. Deixam claro, por exemplo, que os prisioneiros, de modo geral, são alfabetizados, pois escrevem

poemas, cartas e documentos rascunhados para seus advogados, em busca de *habeas corpus*. É provável que, além desses escritos já mencionados, haja outros documentos a serem oportunamente identificados em arquivos e bibliotecas.

Além disso, a série de crônicas descreve o espaço da prisão e as diferentes formas de comunicação e isolamento, separando mulheres e homens, não importando no caso a idade. Dedicou uma delas às mulheres, publicada em 3 de setembro de 1905 – Mulheres detentas – encarceradas em outra galeria, totalizando à época cinquenta e oito prisioneiras, a maioria das quais *mulatas e negras, alcoólicas e desordeiras (...), caricaturas do abismo*. (p.365).

João do Rio, ao observar essas mulheres, lembrou-se tristemente de tê-las visto noutra prisão, que chamou de *pátio dos delírios*, mas que se tratava de um hospício. Como se sabe, ele esteve internado no Hospício Nacional de Alienados, antigo Hospital Pedro II, na Praia Vermelha, considerado *uma prisão como outra qualquer, com guardas severos que mal nos permitem chegar à janela*, nas palavras de Lima Barreto, que lá também esteve internado, por delírios do alcoolismo. [11, 12]

Entre os prisioneiros da Detenção estão personagens populares da área portuária do Rio de Janeiro, como capoeiras, imigrantes moradores de cortiços, homens da estiva, muitos dos quais *criados na malandragem da Saúde*, (p.346) e antigos *companheiros do Prata Preta (...)* são naturalmente repentistas, tocadores de violão, cabras de serestas e, antes de tudo, garotos, mesmo aos quarenta anos. (p.350).

A Casa de Detenção mencionada por João do Rio, *locus* das crônicas ora analisadas, foi criada pelo Decreto n. 1774, em 2 de julho de 1856, com a denominação de Casa de Detenção da Corte, subordinada ao chefe de Polícia, e deveria funcionar provisoriamente na Casa de Correção da Corte. “A direção da Casa de Detenção cabia também ao diretor da Correção”. Esta última, cuja construção teve início em 1830, foi inaugurada nessa época, e constitui o marco inicial deste projeto, uma vez que é considerada *um estabelecimento penal modelar, inspirado nas teses de Jeremy Bentham* [13], de interesse especial para o trabalho, pois constitui um dos ícones importantes do *panoptismo* no Rio de Janeiro de Pereira Passos. [14]

3 Considerações finais

As crônicas analisadas mostram um retrato do martírio e da dor pungente, somente superado pela esperança de escapar e ganhar a liberdade, mesmo sem que o objetivo da instituição carcerária seja jamais realizado: emendar o criminoso. Daí o clamor de João do Rio, ao descrever nessa crônica iniciativas de outros países, como a Inglaterra e a Índia, de acabar com o crime e a sua reincidência: *E a Detenção é a escola de todas as perdições e de todas as degenerescências.* (p.332). Sua crítica é direcionada ao desequilíbrio entre o crime cometido e o tamanho da pena, uma vez que aprisiona-se *uma criança de quatorze anos porque deu um cascudo no vizinho* (p.334) e permanece presa em companhia de desordeiros experimentados na criminalidade das ruas. Para que a detenção cumpra seu papel, e dê resultados, *faz-se necessário seja conforme ao fim predominante da pena, com o firme desejo de reformar e erguer a moral do culpado.* (p.334)

João do Rio é considerado criador da crônica social moderna, tendo se notabilizado como o maior jornalista de seu tempo. Retratando no seu trabalho cotidiano preocupações do momento, ele deseja

trazer uma contribuição de analyse á época contemporânea, suscitando um pouco de interesse histórico sobre o mais curioso período de nossa vida social que é o da transformação actual de usos, costumes e idéas. [15]

Graças às crônicas que ora analisamos é possível obter imagens da clausura no início do século XX, construídas no encontro entre prisioneiros, jornalistas, advogados e familiares. A partir dessas publicações é possível traçar um perfil dos prisioneiros e confirmar uma hipótese preliminar, que vale para a nossa contemporaneidade, repetindo o passado, ou seja, a criminalização dos subalternos, manifestada na *discriminação social, na intolerância para com o imigrante, na extrema dureza da condição feminina* (Fausto: 2001), além de outras características. A população mais pobre e miserável é alvo de permanente vigilância, por ser considerada potencialmente perigosa e capaz de romper o pacto social.

A atualidade dessas questões dispensa maiores comentários, quando se considera que os discursos construídos na Belle Époque carioca sobre a instituição prisional e seus agentes – época em que se reformava a cidade nos moldes do modelo francês - convergem para os dias em que nos deparamos com a mesma problemática e nos fazem formular uma pergunta até hoje sem resposta objetiva: para onde caminha a instituição prisional? Questão recorrente e jamais resolvida, a reforma das prisões, conforme inúmeros autores, nasceu junto com as penas da clausura. Marca de batismo que traz o gosto do intolerável, mas que precisa buscar o equilíbrio entre a segurança dos cidadãos e a proteção dos direitos humanos [16].

Buscar nos escaninhos da memória social informações produzidas e conservadas no tempo é compreender com Zeman que “a informação não existe fora do tempo, fora do processo: ela aumenta, diminui, transporta-se e conserva-se no tempo” [17] e, ainda, que as relações entre informação e memória podem nutrir um campo de possibilidades para estudos urbanos, avançando para a prisão dos nossos dias, um *jardim do crime*.

4 Notas e Citações

[1] O projeto de pesquisa intitulado “Imagens da clausura: informação, memória e espaço prisional no Rio de Janeiro (1830-1930)” foi enviado ao CNPq, em 2002, aprovado no mérito, reapresentado este ano e implementado com bolsa de Produtividade em Pesquisa, com início em agosto de 2003. A pesquisa está em andamento, em fase de identificação de fontes, montagem da equipe de colaboradores e eventuais bolsistas de iniciação científica, alunos do Curso de História do Centro de Ciências Humanas da UNIRIO.

[2] FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Ed., 1996.

[3] MACHADO, R. et al. *A Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.154. A Casa de Detenção da Corte, cuja construção teve início na década de 1830, no Rio de Janeiro, seria o marco do processo de intervenção da medicina social no espaço carceral, razão pela qual estabelecemos esta data como período inicial da pesquisa.

[4] Ver, nesse aspecto, Costa, I.T.M. *Memória institucional do IBGE: um estudo exploratório-metodológico*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do CNPq/IBICT, UFRJ/ECO, sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa Tardin Christovão. Rio de Janeiro, 1992; Costa, I.T.M. *Memória Institucional: a*

construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do CNPq/IBICT, UFRJ/ECO, sob a orientação dos Profs. Drs. Maria Nelida Gonzalez de Gomez e Hilton Japiassu. Rio de Janeiro, 1997.

[5] LINS E SILVA, Evandro. Entrevista concedida ao Caderno Mais, Folha de São Paulo, 11.3.2001.

[6] WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.8.

[7] COSTA, I.T.M. Informação, memória e espaço prisional no Rio de Janeiro. *DataGramZero – Revista de Ciência da Informação*, v.4, n.1, fev. 2003.

[8] RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 405p.

[9] BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[10] Intitulada *No Jardim do crime*, que nomeia o presente trabalho, uma série de crônicas de João do Rio foram publicadas, em 1905, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, posteriormente reunidas no livro *A alma encantadora das ruas* (ver referência 8), em sua parte final, denominada *Onde às vezes termina a rua*.

[11] Cf. TABAK, I. Os 150 anos da loucura carioca. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 24 de julho de 1991, onde se lê que *Por este que foi um verdadeiro reduto da efervescência intelectual marginal, segundo o historiador Geraldo Prado, passaram, além de Lima Barreto, o teatrólogo Qorpo Santo (José Joaquim de Sousa Campos) – introdutor do teatro do absurdo no Brasil – Ernesto Nazareth, João do Rio e o poeta Raul de Leone, entre outros.*

[12] BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Diário do hospício; o cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

[13] VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. Na página 246 há uma menção à inauguração da referida instituição. “Euzébio de Queiroz, dos mais prestigiados políticos conservadores do Império, foi chefe de polícia da Corte e desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Sob seu comando, foram estabelecidas visitas periódicas às prisões para surpreender possíveis irregularidades, foi reconstruído o pelourinho da cidade (extinto em 1830) e foi inaugurada a Casa de Correção, criada nos moldes das penitenciárias norte-americanas e europeias, com o objetivo de aliviar a superlotação do Arsenal de Marinha”.

[14] O *Panoptismo* – olho que tudo vê – é um modelo carceral e disciplinar, em que a vigilância se estabelece virtualmente sobre aqueles que são vigiados, sejam trabalhadores das fábricas, alunos de escolas, doentes em hospitais, soldados na caserna, loucos no hospício, etc. A idéia central desse modelo era a de ver sem ser visto. A conduta é afetada e assume a normalização da disciplina, pois com o tempo, mesmo que não haja um vigilante, o indivíduo sente-se vigiado. Idealizado por Jeremy Bentham, trata-se de um projeto arquitetônico que visava ordenar o espaço das prisões, como um dispositivo ou uma tecnologia a serviço da fiscalização e do controle disciplinar. Tal modelo foi denominado de panoptismo por Michel Foucault, em *Vigiar e Punir: o nascimento das prisões*. *Petrópolis: Vozes, 1987.*

[15] RIO, João do. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro, Paris: Garnier, 1911. P.1

[16] ADORNO, S. Prefácio. In: FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2^a ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

[17] ZEMAN, J. Significado filosófico do conceito de informação. In: *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. P.162